VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

Reforçar intervenções para proteger a mulher

Notícias Primeiro Plano, 06.12.2021, Pág 02, 61.º 31, 474

ANA RITA TENE

O GOVERNO e parceiros devem aprimorar a planificação e cooperação das actividades de protecção e promoção dos direitos da mulher para reduzir a incidência de casos de violência baseada no género. Segundo a Ministra do Género, Criança e Acção Social, Nyeleti Brooke Mondlane, o fim da violência baseada no género exige a participação de todos os actores e o assumir de responsabilidade por parte da sociedade civil, líderes religiosos e comunitários sobre o seu papel na protecção da rapariga. Em entrevista ao "Notícias", concedida no âmbito dos 16 dias de activismo sobre a violência contra a mulher e criança, a ministra afirmou que o país registou avanços no acesso das mulheres à terra e aos meios produtivos, especialmente no meio rural. Destacou a participação, cada vez mais activa, da mulher em todos os sectores, sendo mais visível o seu papel na esfera social, económica, cultural e política, aos vários níveis, bem como na estabilidade das famílias.

Nyeleti Mondlane

NOTÍCIAS (Not.) – Quais são as políticas do Governo para responder à violência contra a mulher e rapariga?

NYELETI MONDLANE (NM) – O país aprovou legislações, políticas e estratégias que dão um elevado estatuto à mulher, no que diz respeito às uniões prematuras e violência baseada no género. Temos a Política de Género e Estratégia de sua Implementação, os planos Nacional de Acção para o Avanço da Mulher, que visa reforçar a promoção da igualdade de género, o de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género, o Plano de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança, que pretende ser uma referência no respeito pelos direitos humanos das mulheres e raparigas em contexto de conflito armado e pós-conflito, bem como a legislação sobre Prevenção e Combate às Uniões Prematuras e a revisão da Lei de Família.

Not. – De onde surge esta vontade política de assegurar a promoção e protecção dos direitos humanos deste grupo?

NM – É preciso compreender que o conceito de protecção dos direitos da mulher e rapariga já vem do tempo da luta de libertação nacional. Ficou claro quando os moçambicanos se juntaram para libertar o país, que os direitos da mulher e da criança deviam ser incluídos no manifesto da luta de libertação. Este foi o embrião para a noção de que a igualdade de género e a protecção da criança deviam estar assentes nas nossas actividades. E esta consciência que se transportou para a Constituição da República de Moçambique. As diferentes constituições aprovadas ao longo do tempo e as respectivas emendas retratam esta preocupação com a equidade e igualdade do género.

Not. – Como o país está posicionado na região e no continente neste campo?

NM – Fomos pioneiros, a nível da região e do continente, em aprovar instrumentos sensíveis à questão do género. Entretanto, nós somos uma sociedade composta por culturas diferentes e a explosão demográfica que se assiste no país mostra que vivemos com elevada população jovem, o tecido social da família enfrenta desafios em absorver e trazer muitos conceitos políticos e sociais que defendemos. Temos que assegurar que estas políticas e leis aprovadas sejam compreendidas e assumidas pela população.

Not. – Quais as consequências desta ausência de socialização das normas?

NM – Estas incompreensões têm levado ao registo de uniões prematuras, com episódios de violência baseada no género, bem como a pobreza que resulta em desnutrição crónica nas crianças. O debate que se deve dar é até que ponto a sociedade encoraja o diálogo sobre a mulher, criança e paridade de género na comunidade. Podemos elaborar políticas e estratégias, mas se elas não forem assumidas pelas comunidades será difícil melhorar o actual cenário. É só olhar para os níveis de mendicidade nas cidades para perceber que ainda há desafios visando o alcance do bem-estar da mulher e criança.

Not. – O país tem levado a cabo actividades com vista à prevenção e combate a uniões prematuras e violência baseada no género. O que estas acções mudaram na abordagem de atendimento das vítimas?

NM – Houve mudanças a todos os níveis. Na assistência às vítimas temos 38 centros de atendimento integrado (CAI) às pessoas que sofrem diversas formas de violência. Estes centros estão espalhados um pouco por todo o país e notamos que mulheres, crianças e homens vão a estes locais apresentar as suas queixas. O conceito do CAI é positivo, porque integra os serviços de Saúde, Criança e Acção Social, Procuradoria e outras instituições. Portanto, há uma rede de instituições que devem lidar com a violência baseada no género que estão num único sítio para fazer o seguimento das queixas.

Not. – Este trabalho tem se reflectido na redução de episódios de violação de direitos da mulher e da criança?

NM – É um processo delicado, o número de violações nas comunidades continua elevado e o abuso sexual contra a mulher também não reduz. Os índices actuais são realmente preocupantes e a violência é perpetrada pelo parceiro íntimo, pessoas conhecidas e amigas da família. São estas situações com as quais nos devemos concentrar, para termos uma outra atitude perante o tratamento que a mulher recebe. Há outras questões, como o acesso aos títulos de Direito do Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT). Claramente há cada vez mais mulheres a receberem DUAT o que é muito positivo, sob pressuposto de que a mulher é quem faz o seu uso. Em 2020, mais de 723 mil mulheres tiveram acesso à terra, um aumento em relação ao período anterior, em que 240 mil receberam títulos de uso de terra.

Not. – Falou do impacto das questões culturais na protecção e promoção dos direitos da mulher e criança. Entretanto, persistem práticas que colocam em questão os direitos sexuais e reprodutivos. Que desafios persistem para eliminação destas práticas nocivas?

NM – É fundamental que todos nós, Governo, órgãos descentralizados e os parceiros que disponibilizam recursos para investir na comunidade, nos sentemos à mesma mesa para debater e delinear como ultrapassar alguns desafios. Nalgumas regiões do país, a violência contra a mulher ainda é encarada como uma prática normal. Temos que mudar este pensamento e isto leva o seu tempo. O que podemos fazer é punir, exemplarmente, os indivíduos que se envolvem nestes actos. É preciso também consciencializar as lideranças comunitárias para a significância e peso da sua actuação em casos de violação dos direitos da mulher e criança. O grande desafio é socializarmos as normas e implementar o que está escrito.

Not. – O sector de género tem apostado em iniciativas que incorporam a componente de empoderamento da mulher, através do treinamento em matérias de associativismo, gestão de negócios e outras. Até que ponto estas acções contribuem para a redução da violência?

NM – Estas iniciativas têm um grande impacto. Temos, a título de exemplo, com as Nações Unidas, a iniciativa Spotlight que apoia na capacitação de mulheres e provisão de kits de auto-emprego. O grande desafio desta iniciativa é levá-la a mais pontos do país. Agora, está presente apenas em alguns distritos das províncias de Manica, Zambézia e Nampula. Nós queremos que seja uma campanha nacional, duradoira. Outro aspecto, é que o apoio vem em formato de projecto, com início e término. Assim, temos o desafio de assegurar que estes exemplos positivos sejam replicados e assumidos pelas comunidades.

"Deve-se promover o empoderamento do rapaz e da rapariga"

Not. – O acesso e retenção escolar da rapariga é também fundamental neste processo. Que passos o país está a dar rumo à escolarização da rapariga?

NM – Temos uma taxa de escolarização da rapariga em torno de 90 por cento. Entretanto, é preciso que não deixemos os rapazes para trás. Falamos muito de desistência escolar e sempre ouvimos do abandono da rapariga, mas os rapazes também desistem. Temos que quebrar isto." O empoderamento que estamos a fazer focalizado na menina, também deve ocorrer no rapaz. Os debates sobre o empoderamento, agora muito centrados na rapariga e na mulher, também devem acontecer em relação aos rapazes. Estes são ensinados desde pequenos que serão os chefes de família e provedores, daí que eles devem estar no debate sobre a protecção da rapariga.

Not. – Que outras acções complementares à retenção no ensino devem ser levadas a cabo para assegurar que estas crianças sejam adultos que respeitam os direitos humanos?

Os debates sobre o empoderamento da rapariga, acesso e retenção nos diversos subsistemas de Educação devem também acontecer em relação aos rapazes

NM – Há um conjunto de acções que devem ser levados a cabo. É preciso apostar na qualidade dos professores e o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano está a trabalhar para assegurar que tenhamos docentes com melhor qualidade. Ainda há desafios em relação ao rácio aluno/professor. Apesar de o Estado, de modo geral, não estar a receber novos funcionários, o sector da educação tem contratado docentes. Se tivermos um professor de qualidade, o aluno vai tirar maior proveito do processo de ensino e aprendizagem. Se tivermos um aluno de qualidade, ele vai influenciar a família e a comunidade onde estiver inserido.

Not. – Um aspecto fundamental na implementação dos vários programas de protecção da mulher e criança é a complementaridade. Como está assegurada esta questão do encaminhamento dos casos?

NM – Temos o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher composto por vários sectores. Os que mais intervêm são os ministérios da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, do Interior, da Saúde e o sector do género criança e acção social. Por esta via, fazemos discussões e socializamos com os outros intervenientes. Há uma participação constante sobre o que estamos a fazer e o que precisa ser melhorado e penso que isso é fundamental para as questões que merecem atenção contínua. Há muitas queixas que acontecem a nível dos tribunais, mas que não têm tido o desfecho esperado, devido ao receio de exposição do agressor. Portanto, muitos casos não seguidos porque há temor de ferir a sensibilidade da família, daí a necessidade de reforçarmos a coordenação.

País continua com elevados índices de violência contra mulher e criança

Not. – Como o país está posicionado em relação à questão das uniões prematuras?

NM – Constatamos que o número está a subir e existem questionamentos se realmente estão a aumentar ou porque há maior consciência para a denúncia de casos. É possível que a nível das províncias haja um aumento. No ano passado, foram reintegradas na escola 1304 raparigas, identificadas pelas mães-mentoras nos espaços seguros. São meninas que, devido às uniões prematuras e/ou gravidezes precoces foram forçadas a abandonar os estudos.

Not. – O que, na visão da ministra, precisa ser aprimorado em prol do bem-estar da mulher e criança?

NM – Em termos de metodologias de trabalho, definimos muito bem as nossas estratégias. Precisamos melhorar a planificação que fazemos com os nossos intervenientes e parceiros de cooperação. Por exemplo, nas províncias de Nampula e Zambézia temos muitas organizações da sociedade civil que estão a fazer um trabalho nesta área, mas quase todas nos mesmos distritos. Temos que ter a capacidade de os parceiros cobrirem mais regiões do país. O debate é se vale a pena cobrir alguns distritos de certas províncias ou é melhor escolher distritos em todas as províncias.

Not. – Estamos nos 16 dias de activismo sobre a Violência contra a Mulher e Rapariga. Que aspectos norteiam a efeméride este ano?

NM – Os 16 dias de activismo foram instituídos em Nova Iorque, em 1991, e vários países aderiram à campanha por ser ideologicamente positiva. O lema para este ano é "Pinte o Mundo Laranja: Vamos parar com a Violência contra a Mulher e Rapariga". À semelhança do que temos vindo a fazer nos outros anos, é uma altura que damos atenção especial aos males sociais contra a mulher. Esta semana, por exemplo, vamos lançar um livro destinado às crianças de Cabo Delgado. A vulnerabilidade das famílias deslocadas é maior. Vamos promover diferentes acções para a sensibilização dos vários intervenientes, com intuito de acabar com todas as formas de violência contra a mulher e criança.

Not. – Acredita que o país esteja a caminhar para a paridade?

NM – Sem dúvidas. Pode não ser ao nível que alguns países e organizações desejam, mas comparando Moçambique a outras nações da região e do continente, nós estamos muito bem. Na génese de libertação e construção do país, sempre esteve presente a questão do género. O país tem conseguido colocar mais mulheres nos locais de tomada de decisão. A título de exemplo, 47,5 por cento dos ministros são mulheres, 54 por cento dos secretários do Estado são mulheres e na Assembleia da República, 43 por cento dos deputados também são mulheres incluindo a sua presidente. Penso que neste aspecto, estamos muito bem posicionados na região.

O país tem conseguido colocar mais mulheres nos locais de tomada de decisão (...) 47,5% dos ministros são mulheres, 54% dos secretários do Estado idem e 43% dos deputados da Assembleia da República também são mulheres

"Há avanços na protecção e promoção dos direitos da mulher"

Not. – Em Cabo Delgado, milhares de pessoas vivem na condição de deslocadas, aumentando a vulnerabilidade da mulher e da criança. O que está a ser feito para estes grupos?

NM – O Governo criou um documento que orienta o restabelecimento da normalidade em Cabo Delgado. Este instrumento de trabalho é muito sensível em relação ao assunto da mulher e da criança. Ele procura garantir abrigo e assegurar o acesso à cesta básica, kits de dignidade e de produção agrícola, até o retorno à normalidade. Maior parte das famílias encontram-se em centros de acomodação e recebe terra, enquanto as crianças são integradas nas escolas locais.

Not. – Para além da assistência financeira, que outras formas de apoio estão a ser realizadas para este grupo?

NM – [illegible] importante é [illegible] cial que temos [illegible]. Mas numa situação em que homens podem se movimentar e encontrar soluções para sobrevivência, a mãe é a pessoa que fica com os filhos e tenta manter a família em estabilidade. Portanto, o nosso foco é o apoio psicossocial às mulheres e crianças que, infelizmente, assistiram atrocidades inenarráveis.

Not. – O Governo tem ideia de quantas pessoas terão sido vítimas de violência nestas regiões afectadas pelo terrorismo?

NM – Não temos números específicos, porque o acesso aos deslocados só é possível nas zonas onde sabemos que estão albergados. Mas há famílias que foram acolhidas por parentes em diferentes pontos do país. Na cidade de Pemba, por exemplo, sabemos onde estão as famílias deslocadas e comunidades em vulnerabilidade, razão pela qual quando prestamos assistência, incluímos os deslocados e as famílias acolhedoras. Mas não temos dúvida que casos de violência doméstica, sexual estejam a ocorrer neste contexto de conflito.